

*COMUNICADO***SOBRE O PROGRAMA “FAMÍLIAS PRIMEIRO”***Porto, 13 de Outubro de 2022*

O SINTARQ – Sindicato dos Trabalhadores em Arquitectura – debruçou-se sobre o programa Famílias Primeiro – plano que pretende responder ao aumento dos preços, lançado pelo Governo no passado dia 6 de Setembro – cuja análise e conclusões seguidamente se apresentam.

De um modo geral, o programa apresentado não resolve o problema dos trabalhadores, apresentando medidas de carácter temporário que não fazem frente à perda de rendimentos que houve até agora, assim como a que virá no futuro. Os trabalhadores em arquitectura encontrarão dificuldades perante a enorme subida de preços, na ordem dos 9.1%¹, que incide especialmente sobre bens essenciais, energia e habitação. A provisão de um apoio de €125 (mais €50 por filho), a restrição à subida do valor das rendas (na ordem dos 2%) e a descida limitada do IVA da electricidade² ficam muito aquém dos gastos mensais adicionais que pesam sobre rendimentos que, já de si, são muito baixos.

O apoio de 125€ para todos os trabalhadores cuja remuneração não seja superior a 2700€ não diferencia entre os diversos escalões de rendimento, não apoiando de forma mais substancial aqueles que mais têm sofrido com a escalada dos preços - os trabalhadores que têm os rendimentos mais baixos, entre os quais se inclui a grande maioria dos trabalhadores em arquitectura.

É importante salientar que o **apoio previsto representa menos do que 1% da média salarial anual dos trabalhadores em arquitectura**, que se encontra perto dos 900 euros mensais³, com inúmeros trabalhadores a auferirem valores próximos ao do salário mínimo. Este apoio demonstra-se insuficiente para compensar as perdas de rendimento acumuladas ao longo deste ano, representando um reduzido aumento de rendimentos na ordem dos 9 euros mensais.

A situação agrava-se mais para os trabalhadores em arquitectura. A esmagadora maioria vive e trabalha em concelhos cujas rendas são as mais elevadas e em que as casas mais acessíveis são também as que apresentam desempenho energético mais deficitário, implicando mais despesas com energia. Mesmo não tendo em conta a estagnação salarial da última década, **só este ano e para fazer face à inflação, o salário médio do sector da arquitectura deveria ter crescido €64 e, se nos reportarmos a 2019, deveriam ter sido €97.**

1 Taxa de variação homóloga no Índice de Preços no Consumidor (IPC), INE;

2 “Famílias Primeiro - plano de resposta ao aumento dos preços” – Apresentação de 6 de Setembro de 2022;

3 Estudo do Sector (“A Sector Study”), ACE-CEA ; Relatório do Inquérito aos Trabalhadores em Arquitectura, 2020, MTA;

Presumindo o contínuo aumento da inflação, os trabalhadores continuarão a assistir à compressão dos seus salários sem qualquer perspectiva de estabilização. Este programa, circunstancial e com cunho de caridade, não surge a par de quaisquer medidas estruturais que ofereçam estabilidade, das quais se destaca o **aumento do salário mínimo nacional para um patamar digno**.

Na presente situação, os trabalhadores em arquitectura continuarão a empobrecer trabalhando. Os dados do último ano mostram uma inflação a níveis não vistos desde 1992 e em que há uma previsão de **inflação acumulada em 2022 e 2023 superior a 11%**⁴ e em que **70% emprego criado no primeiro trimestre foi precário**⁵ (com especial incidência nos jovens). Além disto, **mantém-se a estagnação salarial** e promove-se o enfraquecimento das organizações representativas dos trabalhadores, limitando-se os instrumentos a que podem recorrer para encontrar soluções para os seus problemas. Por isto, torna-se evidente que as medidas anunciadas, extremamente limitadas, não são solução; contudo, com elas, o Governo escusa-se a encarar a contínua deterioração das condições laborais.

À excepção do salário mínimo, os demais salários não são aumentados por decreto. Por consequência da estagnação salarial, **assiste-se, paulatinamente, à aproximação do salário mínimo do médio**, fenómeno que é frequentemente justificado através de uma alegada estagnação da produtividade. Contudo, os dados demonstram um acentuado crescimento do volume de negócios⁶ que contradiz estes argumentos. Só se pode deduzir, portanto, que os salários só não crescem porque os empregadores a tal não se sentem pressionados.

Por estas razões, **o aumento geral dos salários só se torna possível com o aumento do salário mínimo nacional acompanhado de medidas que efectivamente promovam a negociação colectiva**, das quais se destaca a revogação da caducidade da contratação colectiva, que incentiva os patrões a não negociarem.

O SINTARQ salienta a completa ausência de medidas no âmbito laboral e recusa que se continuem a ignorar as efectivas soluções para os problemas mais urgentes.

Sublinha-se a necessidade e a importância da mobilização e esclarecimento dos trabalhadores em arquitectura, assim como o reforço do sindicato, com as suas ferramentas, para a reivindicação de melhores condições laborais e melhores salários.

4 OE2023, Inflação de 2022 e previsão para 2023

5 INE, Inquérito ao Emprego – 1.º trimestre de 2022

6 Relatório do CAE 2018 - Aumento de cerca de 50% do volume de negócios da arquitectura